



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**IV ENCONTRO NACIONAL DOS(AS) PSICÓLOGOS(AS) DA REDE FEDERAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

Tema de 2020:
A Psicologia Educacional e Escolar para além da pandemia

**RELATÓRIO FINAL: Grupos de Trabalho do IV Encontro Nacional
dos(as) Psicólogos(as) dos IF's**

Vitória - ES
Dezembro, 2020

Instituição Sede: Instituto Federal do Espírito Santo

Comissão Organizadora - Portaria nº 1977, de 29 de outubro de 2020

Membros Locais:

ALINI ALTOÉ, matrícula SIAPE 2022567 - Campus São Mateus;

ANDRÉ MOTA DO LIVRAMENTO, matrícula SIAPE 2140514 - Campus Nova Venécia;

CYNTHIA KRUGER QUININO MARCIANO LAURINDO, matrícula SIAPE 1525204 - Campus Serra;

POLIANE DOS PASSOS ALMEIDA, matrícula SIAPE 2018967 - Campus Linhares;

PRISCILA LOPES ROLDI AZEVEDO, matrícula SIAPE 1914634 - Reitoria;

SUZANA MARIA GOTARDO CHAMBELA, matrícula SIAPE 1606126 - Campus Santa Teresa.

Membros Externos

RHENA SCHULER DA SILVA ZACARIAS PAES, matrícula SIAPE 1584173 -

Instituto Federal Fluminense – Campus Campos Centro;

LUDMILA SILVA PINHO, matrícula SIAPE 1883167 - Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais – Reitoria;

SOLANGE ESTER KOEHLER, matrícula SIAPE 1362924 - Instituto Federal Farroupilha – Campus Panambi.

Relatório Final

Grupos de Trabalho - IV Encontro Nacional dos(as) Psicólogos(as) dos IFs

Os grupos de trabalho foram divididos por temas no intuito de pensar as possibilidades de atuação dos(as) psicólogos(as) na escola e tiveram como objetivo o compartilhamento de saberes e práticas e a construção de diretrizes para a atuação dos profissionais de psicologia nos Institutos Federais. Os temas foram:

- GT 1 - Psicologia escolar e educacional na Assistência Estudantil (Grupo 1 e 2);
- GT 2 - Psicologia nos projetos de pesquisa e extensão;
- GT 3 - Psicologia e Educação Inclusiva;
- GT 4 - Psicologia, educação e saúde mental (Grupo 1 e 2);
- GT 5 - Psicologia escolar e educacional na Educação Superior;
- GT 6 e 7 - Psicologia na gestão de pessoas dos Institutos Federais e Psicologia, Saúde e Segurança no Trabalho.

Para fomentar as discussões nos grupos e gerar a construção de propostas utilizamos as perguntas abaixo como orientadoras:

1- Quais são os aspectos fundamentais ou importantes para a atuação do(a) psicólogo(a) no tema X (nome do GT).

2- Quais destaques dessa área de atuação para o trabalho do(a) psicólogo(a). Quais os principais desafios? Em que aspectos devemos estar atentos na atuação da psicologia no tema X (nome do GT).

3- Diante do que foi discutido anteriormente, quais as propostas do grupo para a atuação da psicologia no tema X (nome do GT)?

Cada proposta foi discutida pelo grupo e votada. Apenas foram encaminhadas à plenária final as que possuíam a maioria simples dos votos.

GT 1 - Psicologia escolar e educacional na Assistência Estudantil - Grupo 1

Estiveram presentes neste grupo 21 participantes.

Elencamos como pontos de destaque para o trabalho do(a) psicólogo(a) na Assistência Estudantil uma atuação que toma por base a Educação como direito e que pense a permanência dos(as) estudantes de modo ampliado, ou seja, que abranja diferentes aspectos da escola e da vida dos(as) discentes e que considere todos(as) estudantes matriculados na instituição de ensino. Portanto, a equipe que atua com a Política de Assistência Estudantil deve ser entendida como articulada à Instituição e não como um anexo que concede repasse financeiro e atua apenas com os(as) estudantes beneficiários dos programas específicos da Assistência Estudantil.

Outro aspecto importante é romper com a visão individualizante das questões que perpassam a vida estudantil, produzindo assim reflexões, tensionamentos e interferências que pensem no processo como um todo, que incluam a escola e seus modos de funcionamento. Torna-se um desafio diário produzir torções nos problemas encaminhados como individuais e visualizá-los como analisadores das questões que atravessam o processo formativo dos(as) estudantes.

Como principais desafios para a atuação do(a) psicólogo(a) na Assistência Estudantil apontamos o excesso de demandas de trabalho e a expectativa de uma atuação polivalente do(a) profissional de Psicologia, ou seja, que ele(a) esteja em diversas frentes de trabalho, tais como: atendimentos clínico, participação em análises de processos de servidores(as), avaliações psicológicas de servidores(as) e entre outras. Por vezes também, a atuação do(a) psicólogo(a) na Assistência Estudantil é compreendida como apenas “trabalho com o(a) aluno(a)”, uma visão individualizante, que não problematiza as práticas da escola e por isso o foco de ação se tornam os(as) estudantes, numa perspectiva adaptacionista desses(as) à instituição escolar.

Outra dificuldade é a definição enquanto equipe de Assistência Estudantil do que é o acompanhamento e a construção de uma atuação que amplie as condições de permanência para além da questão financeira e dos auxílios, pensar que há outras vulnerabilidades que atingem os(as) estudantes e como podemos escutá-las e

acolhê-las. Além de, produzir uma atuação articulada entre os(as) trabalhadores(as) que atuam na Assistência Estudantil e nos demais setores/coordenadorias e trazer as contribuições que as diferentes profissões/funções podem ofertar. Alguns(mas) servidores(as) não se sentem responsáveis ou parte das ações da Assistência Estudantil como se ela ficasse restrita à equipe mínima, o desafio é como envolver esses(as) servidores(as) nos processos de acompanhamento dos(as) discentes e de construção de práticas pedagógicas.

Um outro desafio é participar dos processos decisórios da escola. Compreendemos que cabe ao(à) psicólogo(a) que atua na instituição de ensino participar dos espaços de construção da instituição, para que esse(a) possa contribuir nas problematizações do cotidiano escolar (reuniões pedagógicas, horários, calendário acadêmico, normativas, etc). Destacamos a importância de se atentar às produções de exclusões e pensar em como minimizá-las.

Como propostas de ação elencamos a revisão e reformulação da política de Assistência Estudantil das instituições de ensino, a partir de uma construção coletiva e compartilhada por todos(as) os(as) membros(as). Construção de parcerias com o pedagógico, discussão com professores(as) em jornadas pedagógicas a fim de produzir ideias coletivas e romper com a ideia do encaminhamento. Trabalhar com criação de parcerias e de responsabilidade compartilhada. Ativar coletivos de psicólogos(as) nas instituições de ensino com o objetivo de romper com o isolamento dos(as) profissionais de Psicologia e fortalecer as práticas. Manter o Grupo de Trabalho de modo on-line com periodicidade mensal ou semestral, sendo as responsáveis: Juliana Prediger (IFRS), Aline Martins Disconsi (IFRS) e Alini Altoé (Ifes). Compartilhar as cartas dos Encontros Nacionais dos(as) Psicólogos(as) dos Institutos Federais ocorridos em Porto Alegre e Goiânia com os(as) participantes deste evento a fim de que acessem os conteúdos defendidos naqueles espaços de discussão e construção e referendar e atualizar os conteúdos daquelas cartas e encaminhar ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

GT 1 - Psicologia escolar e educacional na Assistência Estudantil - Grupo 2

Começamos o GT com a apresentação dos(as) participantes e a sugestão de algumas questões a fim de fomentar as discussões no grupo e gerar a construção de propostas, como os aspectos fundamentais ou importantes para a atuação do(a) psicólogo(a) escolar e educacional na Assistência Estudantil, os principais desafios e quais as propostas do grupo para a atuação da psicologia.

Um dos desafios citados foi a lotação da equipe da assistência estudantil em setores diferentes, a depender do IF. Em alguns institutos não está ligada à direção de ensino e muitas vezes o trabalho se torna restrito ou com desvio de função. Essas situações estão ligadas a dificuldade de entendimento e aceitação, por parte de outros(as) servidores dos IF's, do(a) psicólogo(a) como um profissional que não atua restritamente em um enquadre clínico. O senso comum ainda coloca o(a) psicólogo(a) apenas com atuação clínica e individual. Porém, a atuação do(a) psicólogo(a) na escola e universidade é sistêmica e institucional (coletiva).

O número reduzido de psicólogos(as) por quantidade de alunos(as) e servidores(as) da instituição ou a ausência de psicólogos(as) em alguns campi também foram citados como dificuldades nas ações do(a) psicólogo(a) escolar devido à grande demanda.

Deve-se atentar para o respeito a especificidade da atuação do(a) psicólogo(a) escolar, independente do setor de lotação. Para tal, o(a) psicólogo(a) deve se impor e deixar evidente, por meio de legislações, qual é a sua atuação nos IF's, ampliar e solidificar o contato com a Rede de atendimento psicológico do Município, principalmente em casos que exigem um acompanhamento clínico e deve haver a inclusão do(a) profissional psicólogo(a) nos espaços de discussão pedagógica dos campi.

Caso haja desvio de função é necessária a articulação com sindicatos, Conselhos da categoria e órgãos deliberativos dos IF's de forma a exigir condições adequadas para que os(as) profissionais possam pôr em prática ações específicas de sua atuação.

Foi proposta a construção de um documento institucional comum entre todos os IF's

que especifique a função da Assistência Estudantil e da ação dos(as) profissionais que trabalham nesta área (assistente social, nutricionista, pedagogo(a), psicólogo(a), entre outros(as)) nesta área, tirando o foco do atendimento individual dos(as) bolsistas, para ações coletivas e inseridas nas discussões pedagógicas. Este documento deve ter ampla divulgação para estudantes, servidores(as) e toda comunidade escolar, sob a responsabilidade de cada campus (ex: divulgação por meio de cartilhas, textos, reuniões com estudantes, etc.).

Outro importante desafio foi citado: a separação entre trabalho docente e dos(as) técnicos administrativos. É importante proporcionar, por meio de informativos, diálogos, proposição de trabalhos científicos, grupos de estudo, entre outros, que o trabalho do(a) TAE psicólogo(a), assim como outras profissões, não é apenas técnico e que todos(as) os(as) servidores(as) da instituição escolar são educadores(as). Entendemos neste grupo de trabalho que ainda não temos equidade dos processos de trabalho, sendo necessário alguns ajustes, como a possibilidade de os(as) técnicos administrativos poderem usufruir das suas horas de trabalho também para desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e outras.

GT 2 - Psicologia nos projetos de pesquisa e extensão

Estiveram presentes neste grupo 11 participantes.

Inicialmente, a discussão realizada girou em torno da importância da inserção da Psicologia no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, como aspectos indissociáveis da atuação profissional no campo da Educação. Esse debate foi fundamental para o desenrolar dos diálogos, sendo destacados também outros pontos fundamentais da relação com a pesquisa e a extensão, como a interação com a comunidade acadêmica, para conhecimento dos trabalhos e iniciativas em andamento, o reconhecimento das demandas e das possíveis interseções e articulações com a Psicologia, onde esta poderia se inserir e trazer contribuições. Esse movimento seria de uma aproximação com vistas à realização de parcerias, para viabilização de projetos de pesquisa e extensão ou para a participação em projetos já existentes.

Outro destaque apontado foi a importância do protagonismo dos(as) estudantes,

que precisam estar envolvidos nos projetos não só apresentando as demandas, ou como participantes de pesquisa, mas também atuando enquanto equipe de pesquisa/ equipe extensionista.

Entre as dificuldades encontradas foram ressaltadas a sobrecarga de trabalho, pois há uma diversidade de demandas para as(os) profissionais e todas elas consideradas “prioritárias”, e na maioria das vezes apenas uma(um) para atender a todas. Além disso, há ainda barreiras institucionais e culturais, uma vez que a atuação da psicologia nos projetos de pesquisa e extensão é vista como uma atividade “extra”, havendo até mesmo situações em que as(os) profissionais são impelidos a atuar nestas frentes fora de seu horário de trabalho.

Um grande desafio observado pelo grupo, também relacionado às barreiras institucionais e culturais, refere-se à articulação das ações de pesquisa e extensão com o currículo e o cotidiano de sala de aula, muitas vezes “inchados” de conteúdos acadêmicos e com pouco ou nenhum espaço para outras atividades que também fazem parte da formação integral dos(as) discentes. O grupo observou que há uma dificuldade na criação de processos institucionalizados – políticas, programas, projetos – que respaldam a integração dessas atividades ao currículo, de forma que muitas vezes são desenvolvidas de forma paralela e acabam “concorrendo” com outras atividades acadêmicas. Além disso, falta apoio/incentivo para a participação dos(as) estudantes nos projetos de pesquisa e extensão, o que se soma ainda à sua sobrecarga de atividades, produzindo o esvaziamento das ações.

Ressaltou-se ainda a dificuldade enfrentada quanto às parcerias para realização das ações de pesquisa e extensão, que muitas vezes não são regulares e ainda sofrem os impactos da precarização das próprias redes (municipais, estaduais), o que traz uma série de limitações e percalços para a realização de projetos em parceria.

Diante das questões levantadas, foram apontadas algumas propostas para contribuir com a atuação de psicólogos(as) nos projetos de pesquisa e extensão. A primeira delas diz respeito à destinação de carga horária específica para atuação destes(as) profissionais nessas vertentes de trabalho. E considerando que para técnicos(as) administrativos em educação não há um instrumento que formalize a distribuição de carga horária de trabalho, o grupo propôs a criação de tal instrumento, que poderá contribuir tanto na organização concreta desta carga

horária, como no dimensionamento da força de trabalho, além de dar visibilidade ao trabalho realizado pelos(as) profissionais de Psicologia.

Também foi levantada a proposta da inserção da Psicologia em “Projetos Integradores”, e destes, como componentes curriculares nos cursos, possibilitando assim a integração no âmbito do currículo e contribuindo para a participação dos(as) estudantes e a diminuição da sobrecarga gerada pelo acúmulo e sobreposição de atividades (tanto deles(as) como dos(as) profissionais).

Outra proposta refere-se ao investimento na articulação de parcerias com as redes de saúde, socioassistenciais, e com outros serviços. O entendimento do grupo é o de que, ainda que fragilizadas, essas redes se constituem como referências territoriais para os(as) estudantes e suas famílias, sendo fundamental a valorização e o investimento nessas parcerias.

Além disso, foi destacada ainda a proposição da realização de uma sensibilização institucional para a importância dos projetos de pesquisa e extensão na formação integral dos(as) estudantes.

Como sugestão do grupo para viabilizar as propostas elencadas, foi citada a criação de comissões que articulem ações de pesquisa e extensão com os temas relativos à Psicologia, e que envolvam representantes dos diferentes segmentos das instituições.

GT 3 - Psicologia e Educação Inclusiva

O Grupo de Trabalho discutiu a interface da Psicologia com a Educação Inclusiva nos Institutos Federais. Como aspectos fundamentais ou importantes para a atuação do(a) psicólogo(a) no âmbito da Educação Inclusiva, o coletivo destacou a promoção, em conjunto com os demais coletivos escolares, de uma cultura de inclusão e respeito (Desenho Universal - para todos); a participação na entrevista inicial dos(as) ingressantes público da Educação Especial, auxiliando no levantamento de dados da história de vida dos(as) mesmos(as) e, a partir desse contato, instrumentalizando a construção de orientações aos(as) professores(as); o compartilhamento da compreensão dos processos cognitivos e de fatores

intervenientes imbricados no processo de ensino aprendizagem, visando fundamentar a construção de práticas pedagógicas orientadas ao desenvolvimento humano; a participação nos processos de avaliação interdisciplinar, ressignificando o sentido da noção de avaliação no contexto das práticas dos(as) profissionais de psicologia, considerando, em especial, a história da mesma no âmbito da Educação Especial.

Quanto aos principais desafios frente aos destaques acima elencados, o grupo levantou os seguintes pontos, sendo eles: a prática recorrente nos Institutos Federais de contratação de profissionais especializados por meio de vínculos temporários ou terceirizados (quando há) para atuação junto aos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes); o reconhecimento das potencialidades dos(as) discentes público da Educação Especial no processo de formação e de seu ingresso nos mundos do trabalho; a promoção de ações que visem trabalhar a autonomia dos sujeitos e desenvolver possibilidades de integração com os mundos do trabalho; o rompimento com uma postura de avaliação reduzida à simples classificação diagnóstica do sujeito, de modo a afirmar a compreensão de ser humano integral e socialmente contextualizado, bem como a prática da atuação interdisciplinar nos processos avaliativos.

Diante de tais discussões, as propostas do grupo para a atuação da psicologia no tema Psicologia e Educação Inclusiva foram a implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos campi dos Institutos Federais, com a proposta de levar ao âmbito do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) a proposta de liberação automática para contratação de profissional especializado temporário a partir da matrícula do(a) aluno(a) público da Educação Especial. Além de, fomentar e reivindicar a lotação de alguns servidores(as) exclusivamente nos Napnes, bem como desenvolver formações continuadas dentro da temática.

Outras propostas apresentadas foram a construção e compartilhamento de um documento orientador no tocante ao levantamento de dados da história de vida dos(as) estudantes público da Educação Especial e das respectivas estratégias de orientações aos(às) docentes; desenvolvimento de programa de Estágio Apoiado a

discentes público da Educação Especial e desenvolvimento de formações continuadas voltadas aos processos cognitivos e fatores intervenientes imbricados no processo de ensino e aprendizagem como fundamentos de práticas pedagógicas orientadas ao desenvolvimento humano; demandar ao Conselho Federal de Psicologia (CPF) o fomento de Grupos de Trabalho sobre a atuação da Psicologia e a produção de pesquisa e materiais específicos para o uso no âmbito da educação inclusiva, no qual as questões da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sejam incluídas; além de criar grupo de pesquisa interinstitucional e/ou repositório de práticas de modo a agregar a contribuição de diferentes profissionais de psicologia na Rede Federal de EPT.

GT 4 - Psicologia, educação e saúde mental - Grupo 1

Este GT teve a participação regular de 17 profissionais de psicologia, chegando a 20 participantes em alguns momentos.

De modo geral, as discussões contemplaram uma perspectiva crítica visando compreender a atuação do(a) Psicólogo(a) Escolar e Educacional, considerando impactos de aspectos institucionais, sociais, culturais, políticos, econômicos, dentre outros, nas discussões e reflexões acerca da temática do GT – Psicologia, Educação e Saúde Mental –, buscando superar perspectivas individualizantes de compreender as problemáticas abordadas.

Inicialmente, como destaques de atuação para o trabalho do(a) Psicólogo(a) nos Institutos Federais foram apontados os marcadores sociais das diferenças que atravessam a realidade e dinâmica institucional, muitas vezes compondo processos de exclusão social e produzindo sofrimento/adoecimento na comunidade discente e entre os(as) trabalhadores(as). A superação da visão medicalizante da educação foi apontada, com ênfase para atuação preventiva e de promoção da saúde, co-responsabilizando toda a comunidade escolar nesse processo. Nesse sentido, foi apontada também a importância e necessidade de construção de uma política de promoção de saúde com trabalho interdisciplinar e intersetorial. Nesta direção foi elencado também: a importância do trabalho em rede, a defesa do SUS e da saúde pública e a articulação entre a categoria profissional para frentes coletivas de luta e

de ação. Por fim, a ideia de normalização do sofrimento entre os(as) discentes dentro dos Institutos Federais foi discutida, sendo problematizada a naturalização dessa visão.

Como desafios foram apontados: dificuldade em consolidar ações de promoção à saúde frente às convocações que emergem no dia-a-dia, muitas vezes focada na resolução individualizada de problemas que são de outras ordens; necessidade de posicionamentos contrários à medicalização e a culpabilização dos sujeitos; dificuldade de interlocução e diálogo intersetorial com os diferentes grupos de trabalho presentes na instituição; fragilidades de um trabalho em rede no território de inserção do instituto, considerando o momento de tensão e precarização das políticas de saúde, assistência e educação no país e as especificidades do lugar da IF nessa rede (o que pode o instituto frente às demandas que emergem?); avaliação das práticas e políticas existentes; dificuldade de problematizar práticas instituídas que favorecem a naturalização do sofrimento discente.

As propostas de atuação consideraram a realização de frentes de intervenção que dessem conta de ações coletivas. A criação e fortalecimento de redes internas nas instituições foram propostas apontadas, sendo elencadas ações para formação de toda a comunidade escolar, como, por exemplo, formação em saúde de trabalhadores(as) e estudantes em articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ações de educação em saúde com a temática assédio moral; fortalecimento de trabalhos com coletivos de estudantes que consigam evidenciar as desigualdades e marcadores sociais das diferenças, fomentando movimentos de democratização dos processos escolares. A curricularização de ações educativas em saúde mental também foi apontada, por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, dada a dificuldade de consolidar atividades extracurriculares em meio aos compromissos acadêmicos da comunidade discente.

A realização de levantamentos para subsidiar o trabalho de profissionais de psicologia também foi sugerida, seja por meio de documentos de registro internos ao instituto/campus, por exemplo, sobre o perfil dos atendimentos realizados pelos(as) psicólogos(as), bem como pesquisa ampliada sobre o perfil socioeconômico e de saúde dos(as) estudantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, proposta pensada para ser encaminhada e

realizada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

A indicação sobre a necessidade de mais profissionais de psicologia por campus também foi apontada, ainda que consideradas as dificuldades inerentes ao momento de tensões políticas e econômicas vivenciadas no país.

Outra ação proposta foi a elaboração de documento nacional com diretrizes para atuação dos(as) profissionais de psicologia nos Institutos Federais (com eixos como: articulação em rede; articulação dos instrumentos institucionais já existentes; participação na construção das políticas institucionais, dentre outros), sendo pensado, para a isso, a criação de Grupo de Trabalho em caráter regular/permanente, findado o IV Encontro Nacional dos(as) Psicólogos(as) dos IFs.

Por fim, foi também discutida a necessidade de elaboração de nota pública, por Coletivo de Psicólogos(as) da Rede Federal, em defesa da Saúde Pública e da RAPS.

GT 4 - Psicologia, educação e saúde mental - Grupo 2

Estiveram presentes neste grupo 13 participantes.

O grupo iniciou as discussões pontuando os destaques para a área de “Psicologia, educação e saúde mental” para a atuação dos(as) psicólogos(as) nas IF’s. Os principais foram: a grande expectativa criada por outros(as) profissionais da escola em torno da necessidade do(a) profissional de psicologia realizar/oferecer um trabalho clínico individualizante e especializado (medicalizante) para os(as) estudantes e profissionais da escola. Junto a isso destacamos a necessidade de desestigmatizar ações voltadas para a promoção da saúde mental.

Outro apontamento foi que em algumas instituições as questões e demandas relacionadas à saúde mental giram em torno do(a) profissional de psicologia, ficando também a cargo deste(a) criar tensionamentos para a necessidade de abordar esse tema na realidade escolar. Soma-se a isso a necessidade de articulação e fomento de parceria com as redes de serviços à saúde, trazendo a necessidade do instituto provocar um diálogo com esses parceiros.

Ainda foi destaque a dificuldade que o(a) profissional de psicologia enfrenta para qualificar e especificar a prática do acolhimento no contexto educacional e demais ações dentro do ambiente escolar. Acumulando a esse destaque a necessidade de diferenciar as práticas do(a) psicólogo(a) escolar e as práticas de psicoterapia dentro do contexto escolar. Outro destaque foi a necessidade de promoção de cuidados em saúde mental para o(a) trabalhador(a) psicólogo(a) e a disposição de condições adequadas para realização de suas atividades no contexto escolar. Por último destacamos a necessidade de abordar a instituição escolar como responsável em promover políticas e um espaço promotor de saúde mental.

Como desafio ou entraves para a atuação do(a) psicólogo(a) escolar o grupo apontou a ruptura da lógica estigmatizante de saúde mental, com abertura para compreender todos elementos complexos que constituem essa temática, sendo necessário repensar as práticas educativas que possibilitem esse olhar ampliado (determinantes sociais, políticos e educacionais). Outro desafio é trabalhar as ações de saúde mental atribuindo responsabilidade para toda instituição e não apenas para o(a) profissional de psicologia, compreendendo essa problemática como uma produção coletiva e não como uma questão individual.

Ainda pontuamos como desafio a dificuldade de delimitar as práticas do(a) psicólogo(a) dentro do contexto escolar. Outro desafio é a dificuldade de realizar efetivos encaminhamentos de estudantes para a rede externa de atendimento em saúde mental, pois percebemos a precariedade da rede pública de saúde em várias localidades. Junto a isso enfrentamos vários desafios emergentes das condições de trabalho impostas ao(a) profissional de psicologia, como: número pequeno de psicólogos(as) na rede, campus sem psicólogo(a), pressão para que apenas um(a) profissional de psicologia atenda vários campos, grandes demandas e pressão.

Outros desafios é conseguir sair da lógica de atender as demandas “urgentes” e trabalhar com medidas de prevenção e promoção da saúde mental no ambiente escolar. Também é enfrentado o desafio de atuar junto a equipe de gestão do ensino no planejamento das políticas escolares, pois alguns(mas) profissionais relataram exclusão dos processos decisórios da escola.

Durante as discussões apontamos algumas pistas e propostas de ações diante das situações levantadas. Foram elas: a elaboração de documentos norteadores da

atuação do(a) profissional de psicologia nas escolas, formação continuada com a temática de saúde mental para os(as) trabalhadores(as), aprofundamento desse debate pela rede de psicólogos(as) dos IF's, realizar apontamentos para que a gestão dos IF's articulem essas frentes de intervenção com a participação dos(as) profissionais de psicologia para a construção de políticas educacionais, fortalecimento dos coletivos e do trabalho interdisciplinar, participação nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e Projeto Pedagógico do Curso (PPC), instâncias de planejamento e decisão e a construção mais coletiva e ampliada de documentos norteadores da Instituição.

GT 5 - Psicologia escolar e educacional na Educação Superior

Após a apresentação dos(as) integrantes deste GT objetivando e focando na atuação no ensino superior, os(as) participantes perceberam que os destaques na área de atuação estão relacionados a ampliação na formação e na literatura sobre o fazer da psicologia escolar no Ensino Superior. Com isso, através dos relatos constatou-se que houve um investimento na formação do(a) psicólogo(a) voltado para o contexto do Ensino Superior associando a atuação ao trabalho em equipe multidisciplinar. Neste sentido, uma das ações pensadas é intensificar a articulação com os CRP's, e a criação de cursos específicos de psicologia escolar voltados para a educação superior. Este fato está relacionado ao aspecto que o público universitário é adulto e, a atuação do(a) psicólogo(a) deve ser diferente.

Dando seguimento às discussões, outro aspecto comentado foi relacionado a expectativa da prática da psicologia, no qual o imaginário social apresenta um(a) psicólogo(a) enquanto clínico(a) ou voltado a práticas individualizantes; ao ponto que, quando o(a) profissional adota uma postura a nível institucional causa conflitos, ainda mais quando há desejo de inserir práticas coletivas e emergentes. Frente a isso, sugere-se a elaboração de documentos/notas orientadoras para apoiar junto à gestão a construção deste espaço e a criação de um observatório digital com materiais, mapeamentos e artigos.

Ainda relacionado a vivência universitária surgiram muitos comentários relacionados à questão estrutural que se apresentam e geram processos de dificuldades e/ou

sofrimento estudantil. Neste sentido, o(a) psicólogo(a) escolar junto a equipe pode trabalhar preventivamente, através de pesquisas do público atendido e realizando momentos de formação com os(as) docentes, preferencialmente, de forma contínua a fim de mostrar o perfil dos(as) estudantes. Associar, inclusive, a possibilidade de aproximação das relações e práticas preventivas.

Acrescenta-se, ainda, a necessidade de pensar e agir no viés da psicologia escolar institucional, a partir dos discursos individualizantes, em maior intensidade (especialmente por ser público adulto) e a fragilidade das relações institucionais. Como estratégia para mediar essa situação, sugerem-se atividades com pequenos grupos de encontro, baseado na prática e alicerçados na psicologia.

Entre as angústias citadas está a sobrecarga de atividades e a não-construção de um espaço de reconhecimento na sociedade, em especial na instituição de ensino, mobiliza os(as) psicólogos(as). Percebe-se uma atuação em múltiplas frentes, com falta de profissionais, acrescido de uma perspectiva pessimista no serviço público, citando especialmente as diretrizes assumidas pelo governo atual (2020-2024). E, como direcionamento para uma atuação, sugere-se que seja assumida uma diretriz que aponte para uma quantidade mínima de profissionais da psicologia. Acrescenta-se, ainda, que o CFP deve articular orientações para os(as) psicólogos(as) dos IF's/UF's. Foi verbalizado que os(as) profissionais desses contexto não são considerados (ou são muito pouco considerados(as)) quando ocorrem a construção de diretrizes deste conselho. Frente a isso, sugere-se a abertura para a comunidade, através de cursos/encontros de extensão e divulgação.

Direcionando o debate para potencializar ações preventivas, o grupo constatou que ações e eventos ocorrem com baixa adesão, mas a procura pela clínica é grande, desencadeando, novamente, um imaginário social equivocado. Neste sentido, as formações de ações em parceria, colaborativas, com espaço de escuta e participação ativa parece ser a ação necessária. Acrescenta-se a necessidade de abordar as demandas de forma mais coletiva.

Foi citado pelo grupo a atuação do(a) psicólogo(a) junto à residência estudantil. Como síntese deste tópico, os profissionais observam uma complexidade na construção da identidade do(a) psicólogo(a) nas ações referente a mesma. E, novamente, a questão dos atendimentos voltou a ser conflituosa. Neste período da

pandemia, o atendimento individualizado on-line, com demandas e expectativas do papel clínico do(a) psicólogo(a) parece sobrepor-se. Mesmo com adaptações durante a pandemia, esta tem sido a demanda maior.

No que se refere a pós-graduação, os(as) profissionais constataram que ele(a) não é priorizado pelo PNAES, sugerindo assim, a necessidade de revisão do aprimoramento deste programa para a inclusão deste público, inclusive pensando no lugar da psicoterapia no texto do PNAES. Constatou-se ser este um dos documentos que poderá garantir o mínimo de profissionais conforme o número de alunos(as)/servidores(as).

GT 6 e 7 - Psicologia na gestão de pessoas dos Institutos Federais e Psicologia, Saúde e Segurança no Trabalho

O grupo de trabalho 6 unificado ao 7 contou com 13 participantes, que atuam tanto em setores de Gestão de pessoas na área de psicologia organizacional quanto com saúde do trabalhador em Unidades de Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS).

As discussões sobre os aspectos fundamentais para a atuação do(a) psicólogo(a) se nortearam em torno de uma atuação crítica e política dos(as) psicólogos(as), considerando a necessidade de compreender o papel analítico e reflexivo de nossa atuação profissional.

Nesse contexto, apontou-se a importância de conceber a promoção da qualidade de vida como estratégia de desenvolvimento institucional, relacionada ao contexto de trabalho e não como oferta de ações isoladas de lazer e atividades físicas desassociadas das relações e processos de trabalho. Assim, considerou-se primordial a elaboração de práticas que se tornem programas institucionalizados de saúde mental e qualidade de vida no trabalho com o objetivo de desenvolvimento tanto individual quanto organizacional.

Pontuou-se como temas de destaque da atuação do(a) psicólogo(a) na gestão de pessoas e na saúde do trabalhador(a) a promoção da autonomia, pertencimento, responsabilidade de escolha e consciência coletiva.

Também como destaque, apontou-se o desafio do acesso a dados e indicadores que subsidiem decisões e práticas institucionais. Tem-se como exemplo a dificuldade em acessar dados de afastamento relacionados a adoecimento e diagnósticos. É preciso, além disso, compreender o contexto da demanda para assim pensar em estratégias de atuação.

Outro desafio urgente definido pelo grupo de trabalho que por vezes se torna um entrave ao nosso trabalho é a identificação da amplitude e especificidade da atuação profissional do(a) psicólogo(a). Faz-se necessária melhor definição dos limites dessa atuação, pois ainda há muitas indefinições, acarretando em requisições não pertinentes ao exercício da profissão bem como o contrário, não convocação em situações pertinentes ao fazer do(a) psicólogo(a).

Soma-se ao desafio da implementação de uma gestão que considere a saúde do(a) trabalhador(a) como um indicador, seja de desempenho, produtividade, qualidade de vida. É importante que aproximemos mais a linguagem da Psicologia do Trabalho à área de gestão, versando sobre desempenho, produtividade, indicadores que os(as) gestores(as) utilizam, apresentando a relação existente entre os mesmos e a saúde, afastamentos, presenteísmo, de forma a sensibilizá-los(as) e mostrar nossas possibilidades de atuação.

Como entrave, registra-se a gestão não participativa e não-democrática, que centraliza o poder decisório, desfavorável ao empoderamento do(a) servidor(a) no que se refere a sua saúde. Uma gestão que não se envolve nas equipes de trabalho e não permite que a autonomia e tomada de decisão das equipes, impactando na saúde, engajamento e pertencimento.

Outro entrave destacado pelo grupo foi a atuação isolada do(a) profissional de psicologia dos(as) demais profissionais da equipe de gestão de pessoas ou de saúde do(a) trabalhador(a). Esta é uma queixa recorrente, já presente em outros encontros e continua presente.

Logo, indicou-se como desafio, ainda, a multidisciplinaridade, ou seja, a necessidade de buscar instrumentos, recursos e estratégias para trabalhar em parceria com outros campos de atuação dentro da instituição e assim obter o apoio de outros setores e coordenações. Deste modo, expandem-se as possibilidades de

intervenção e compreensão da instituição sobre o trabalho do(a) psicólogo(a), principalmente sobre sua contribuição em áreas de decisões estratégicas.

Como proposta de ação, o grupo de trabalho contemplou a continuidade de espaços de discussão do fazer profissional, seja com a realização dos Encontros Nacional de Psicólogos(as) dos IF's, como encontros regionais e outros eventos de reflexão e deliberação sobre a atuação dos(as) psicólogos(as) nos IF's. Ademais, pontuou-se a essencialidade de documentar as principais demandas e encaminhar aos órgãos competentes.

Propôs-se também a retomada da Carta do Encontro Nacional do Psicólogos dos IF's ocorrido em Goiânia, atualizando os pontos que foram alcançados, avanços, entraves e desafios.

Foi proposto que sejam realizadas parcerias com outros órgãos partícipes que atuem com saúde do(a) trabalhador(a), sejam eles Institutos Federais, Universidades Federais, dentre outros órgãos públicos federais, identificando boas práticas em saúde do(a) trabalhador(a), de modo a fortalecer o campo e beneficiar maior número de servidores(as).

Propôs-se também uma definição aplicada aos IF's que promova maior clareza sobre as áreas e limitação da atuação dos(as) psicólogos(as) do setor de gestão de pessoas e saúde do(a) trabalhador(a), com envolvimento das equipes gestoras na tomadas de decisão que impactam os(as) psicólogos(as).

Quanto à prática, considerando o contexto de pandemia, apontou-se a criação de ações on-line públicas e coletivas, parceria com outras instituições, bem como capacitações em saúde mental. Faz-se necessário adaptar as ações para este momento, sendo de responsabilidade dos grupos de trabalho e equipes gestoras.

Outra proposta de ação surgida foi a revisão da legislação de concursos para psicólogos(as) nos IF's. Destacou-se que é preciso verificar se houve a extinção do cargo e caso não, fazer uma revisão da legislação quanto aos códigos de vaga, sendo essa responsabilidade dos grupos de trabalho. Como desdobramento dessa proposta, caso o cargo não tenha se extinguido, foi proposto lutar pela manutenção dos códigos existentes e criação de novos códigos de vaga para psicólogos(as). Colocou-se como responsabilidade dos(as) psicólogos(as) e gestão, destacando a

necessidade de união e mobilização para mostrar a importância do(a) profissional.

Por fim, destaca-se a manutenção do grupo de trabalho de psicologia na gestão de pessoas e saúde do(a) trabalhador(a), haja vista a necessidade de união e o menor número de profissionais nesta área nos IF's. Assim, é preciso articulação dos(as) existentes para construção de boas práticas, aprimoramento do trabalho e fortalecimento destes(as) servidores(as).